

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA ALTERNATIVA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL: um estudo dos impactos em famílias de baixa renda

TATIANE LÚCIA DE MELO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

JAQUELINE SILVA MELO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

CAMILA SILVA PIROLLA

FYAMA MARIA SOARES MADUREIRA

ESTER ELIANE JEUNON

FACULDADE PEDRO LEOPOLDO (FPL)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA ALTERNATIVA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL: um estudo dos impactos em famílias de baixa renda

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, os homens tiveram a necessidade de sustento. Na luta pela sobrevivência, eles saíam em busca de alimentos para a família e garantiam sua permanência em sociedade. Entretanto, enfrentando dificuldades acarretadas pela sazonalidade dos alimentos da terra e a disputa entre grupos de pessoas por alimento, surgiu a necessidade de desenvolver novas alternativas de sustento. Segundo Figueiredo (2013), no período de transição da comunidade primitiva para a sociedade de classes, houve a introdução da produção excedente, instituindo relações de poder entre classes.

A partir desse momento, o conceito que se conhece do capitalismo vai se moldando e perpetuando até os dias atuais. Nessa sociedade, o capitalismo traz consigo a exclusão dos menos favorecidos e desprovidos de bens materiais e financeiros. “O capitalismo atual, que veio para dominar a vida econômica, educa e seleciona os indivíduos de quem precisa, mediante o processo de sobrevivência econômica dos mais aptos” (COSTA, 2007, p. 7). Tudo isso agravou a desigualdade social pelo mundo e diante de tais fatos, emergiram “alternativas no campo econômico e social que ousam ao se propor a trabalhar dentro de uma lógica diferente, subordinando a dimensão econômica à inclusão social e ao equilíbrio ambiental” (SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013, p. 264).

Nesse cenário, por meio da repercussão do movimento cooperativista, é que a Economia Solidária vem ganhando espaço como um movimento em prol dos excluídos do sistema capitalista; movimento este contrário à situação da má distribuição de renda, concentração de riqueza nas mãos da minoria, desigualdade social e presença da pobreza na vida da sociedade. Assim, a Economia Solidária é apresentada como alternativa ao Sistema Capitalista, trazendo consigo a prática de princípios e valores coletivos e mais igualitários para organizações, quanto à sua gestão, sua produção e comercialização. Uma economia coletiva, baseada na solidariedade, democracia, comércio justo e solidário, consumo consciente, cooperação, valorização do ser humano e coletivismo, como afirmado por França Filho e Laville citados por Martins e Toledo (2016).

A partir da literatura analisada foi constatado que os estudos sobre a Economia Solidária apresentam diversos fatores que contribuem para a inclusão social e econômica das famílias localizadas no segmento de baixa renda. Pelo exposto, dada a crescente importância do segmento informal para a geração de trabalho e renda em todo o mundo e a importância da Economia Solidária nesse contexto, o presente trabalho pretende dar um importante passo para a compreensão dos possíveis impactos dessa vertente da economia na vida das famílias situadas no segmento de baixa renda.

Quanto às disposições metodológicas da pesquisa, a mesma caracteriza-se como qualitativa, descritiva e o método utilizado concentrou-se no estudo de casos múltiplos, englobando quatro Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) vinculados ao Fórum Municipal de Economia Solidária de Betim (FOMESB), localizados no município de Betim/MG. A seleção dos EES foi intencional e não probabilística, tendo como critério a atuação ativa dos EES no FOMESB. Dado o exposto, o principal objetivo do estudo é investigar as perspectivas e possibilidades da Economia Solidária enquanto alternativa de impacto socioeconômico e ambiental em famílias de baixa renda, e como objetivos secundários: mapear o perfil dos indivíduos; investigar as principais práticas dos EES; benefícios da Economia Solidária para os empreendedores; identificar as variáveis influenciadoras e os principais desafios para a manutenção da atividade. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas presenciais semiestruturadas aplicadas entre fevereiro e maio

de 2018, junto aos representantes de cada EES.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Estado, Economia e Trabalho: o contexto das transformações

As constantes crises as quais o sistema capitalista vem passando contribuem para o aumento das desigualdades sociais, e, conseqüentemente, para a deterioração das condições de vida da maioria da população mundial. Somam-se a este cenário as transformações econômicas que vêm ocorrendo no plano global, com as mudanças tecnológicas e a incorporação de um novo padrão produtivo pelas empresas, que se baseia na flexibilização do trabalho, na segmentação de cadeias produtivas por áreas geográficas, na acirrada competitividade mundial entre as empresas na busca de produtividade e eficácia que ultrapassam as fronteiras do Estado-nação. Todo este processo afeta as economias nacionais, que, em sua maioria, vêm implementando reformas liberalizantes e desregulando os mercados, o que leva a uma redução do papel do Estado, tanto nas atividades econômicas, como no financiamento e na promoção de políticas sociais, além de gerar crise social derivada do desemprego (SANTOS JÚNIOR apud TEIXEIRA, 2006).

Ao longo dos dois últimos séculos as relações entre capital, trabalho, exploração de matéria-prima e de mão de obra, entre outros, tem produzido conseqüências reais na natureza e nas relações sociais. Como aponta o relatório produzido pela Organização das Nações Unidas (2012), atualmente quase um bilhão de pessoas vivem em situação de pobreza e não possuem condições básicas de alimentação. A degradação do meio ambiente, a escassez de recursos, a desigualdade social entre países, os altos índices de miséria, são alguns dos motivos que nos obrigam a repensar o funcionamento do sistema no qual estamos inseridos.

O problema da desigualdade social, sendo uma das graves conseqüências decorrentes da má distribuição de renda no mundo, vem levando inúmeros estudiosos a se debruçarem em estudos e pesquisas sobre as possibilidades e estratégias para promover mudanças neste cenário. Cada vez mais, constata-se que o sistema capitalista, da maneira como vem sendo conduzido e executado, vem beneficiando apenas uma pequena parcela da população mundial.

No cenário brasileiro, tem-se um país que construiu sua história dentro de uma racionalidade em que as elites econômicas se apoderaram do Estado como extensão dos seus próprios domínios individuais, confundindo a esfera pública com a privada, numa relação promíscua que se foi naturalizando ao longo do tempo. A aliança entre poder econômico e político gerou uma das mais injustas sociedades do mundo, em que nem mesmo a abundância de recursos naturais foi suficiente para assegurar o mínimo de bem-estar para a maioria da população. As imensas potencialidades nacionais ficaram sob domínio de um reduzidíssimo número de famílias, condenando os demais a condição de subserviência crônica e de exploração contínua, o que criou um quadro de pobreza crônica, exclusão endêmica e entendida como natural (FURTADO, 2009).

Diante dos abismos sociais tecidos historicamente, emergiram por força de movimentos sociais e mobilização de instituições diversas, possibilidade de geração de emprego e renda, como a Economia Solidária, que surge como “[...] modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER; SOUZA, 2003, p. 13).

É notória a discrepância em termos de distribuição de renda no Brasil, fruto de um processo histórico marcado por desigualdades econômicas e sociais. E isso afeta diretamente o acesso ao trabalho, onde populações marginalizadas enfrentam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal. Nesse sentido, será visto a seguir como a Economia Solidária, uma forma peculiar de pensar as definições de trabalho e renda, se apresenta como uma

possibilidade em potencial de possibilitar as famílias de baixa renda as condições necessárias para a subsistência, dignidade e inclusão social.

2.2 Economia Solidária: gênese, contexto histórico e conceitos

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária emergiu em meados do século XIX na Inglaterra, em um contexto marcado pela consolidação do capitalismo industrial. O autor enfatiza que nesse período havia altas taxas de mortalidade dos trabalhadores fabris, bem como exploração massiva de mão de obra infantil. Singer (2002) afirma que Robert Owen, empresário do setor têxtil inglês, implementou medidas para minimizar jornadas extensas de trabalho e construiu escolas para as crianças, impactando positivamente na produtividade dos trabalhadores.

Singer (2002) afirma que, após a finalização do ciclo de guerras na Europa, a economia da Grã-Bretanha caiu em depressão. Owen, analisando o contexto de crescimento da pobreza e desemprego ao qual estava mergulhada a população inglesa, apresentou ao governo uma proposta para criação de fundos de sustento aos pobres, com o objetivo de construir Aldeias Cooperativas, fundamentadas em economias de subsistência, que auxiliariam na reinserção da população à produção, o que significava economia dos recursos públicos (SINGER, 2002). Mas Owen fracassou. Entretanto, mesmo com o fracasso das ideias de Owen, anos depois, o conceito de cooperativismo como modo de produção alternativa ao capitalismo integrou as bases para a criação de comunidades colaborativas em Londres, movimentos sindicais da classe trabalhadora e grupos de troca (SINGER, 2002).

Já Gaiger (2009) afirma que as primeiras práticas de Economia Solidária surgiram na Europa no século XIX, vinculadas a Economia Social. No decorrer deste século, o movimento tomou formas mais definidas e “a Economia Social forjou setores socioeconômicos como as cooperativas, as mútuas e as associações, ao mesmo tempo em que ensejou movimentos sociais correlatos a esses campos de ação” (GAIGER, 2009, p. 82).

Todavia, ela se enfraquece, fazendo surgir uma nova geração da Economia Social pautada em discussões em torno dos direitos universais dos cidadãos e a necessidade da cocriação de um novo sistema de regulação econômica, conjugando uma dimensão política às reivindicações, que posteriormente passou a designar-se Economia Solidária, termo presente mais comumente na América Latina (GAIGER, 2009).

Para Almeida (2010) um dos principais marcos do movimento de Economia Solidária no Brasil constituiu-se na criação dos fundos solidários em 1981, lançados na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e administrados pela Cáritas, no qual foram desenvolvidos projetos comunitários em bases autogestionárias. Já Pochmann citado por Silva, Ferreira e Costa (2016) ressalta que no Brasil a Economia Solidária surge entre 1980 e 1990, com a aceleração do processo de desemprego e proliferação de movimentos sociais, que tinham como pauta o apoio às alternativas de geração de trabalho e renda que beneficiaria as classes populares.

Nesse sentido, a Economia Solidária surge como “[...] modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER; SOUZA, 2003, p. 13). “As práticas que constituem a Economia Solidária, de forma geral e tipológica, podem ser assim resumidas: comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais, arranjos produtivos solidários e entidades de apoio e fomento das práticas solidárias” (SANTANA JÚNIOR apud AMARAL; NEPOMUCENO; MEDEIROS, 2009, p. 3).

Para Gaiger (2013) o campo da Economia Solidária constitui-se em quatro segmentos: empreendimentos solidários, que desenvolvem atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo; organizações civis de apoio, incluindo

Organizações Não Governamentais (ONG's), universidades sindicais e pastorais sociais; órgãos de representação e articulação política, como incubadoras, gestores públicos, redes de troca, entidades de crédito, central de debates, entre outros; e por fim organismos estatais, que constituem-se como entidades de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária como política pública.

Dado o exposto, a Economia Solidária apresenta uma pluralidade de segmentos, que são articulados em maior ou menor grau entre a sociedade civil, o estado e as organizações privadas, na tentativa de construir um sistema coexistente com o capitalista, baseado em princípios como a emancipação por meio do trabalho, a coletividade e a responsabilidade socioambiental (HICKENBICK; FELÁCIO, 2014). Também é possível verificar que existem alguns aspectos que demarcam e caracterizam os EES, como a cooperação, autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, eliminação do lucro, mercado justo, atuação em rede e formação (HICKENBICK; FELÁCIO, 2014). Importante aspecto que se destaca nessas características é a autogestão que “[...] está diretamente ligada ao compartilhamento de poder entre os indivíduos, ao agir coletivo no trabalho e na tomada de decisões (gestão democrática) e à repartição dos ganhos e perdas” (CAMBIAGHI, 2012, p. 37).

Assim, faz-se necessário analisar o impacto das novas relações e realidades do trabalho no Brasil (como o crescimento da informalidade), o papel do poder público no desenvolvimento de políticas públicas estimulantes a geração de emprego e renda e detectar as práticas sustentáveis propostas no contexto da Economia Solidária.

2.2.1 Formalidade x Informalidade na Economia Solidária

A história do Brasil sempre carregou a marca da desigualdade social. Mesmo com a modernização mais intensa vivida a partir dos anos 1930, quando o país urbanizou-se e a economia passou a ser crescentemente comandada pelo mercado interno em expansão, as diferenças de renda não pararam de crescer, ampliando-se, marcadamente nas grandes cidades. O acesso a bens sociais e direitos básicos também se mostrava bastante desigual ao longo do território (FONSECA; FAGNANI, 2013).

Para Singer e Souza (2003) o mercado de trabalho no Brasil se subdivide em três categorias, sendo elas, os trabalhadores do mercado formal, autônomos e grupos de subcontratados periféricos que atuam de maneira informal e em condições precárias. A combinação entre desemprego e informalidade tem um reflexo direto no aumento da pobreza e em todos os riscos sociais que dela são decorrentes, o que, por si só, já se constituem em um mecanismo forte de pressão para uma atuação mais proativa do Estado brasileiro para resolver essa problemática (NAGEM; SILVA, 2013).

Segundo Leone (2010), a noção de trabalho informal tem passado por variadas tentativas de operacionalização, resultando numa multiplicidade de estudos e interpretações. Embora não exista consenso na definição de informal, entende-se, em geral, que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas em comparação aos trabalhadores com emprego formal (aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado), seja através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público e, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social.

A pressão do desemprego, a expansão da informalidade, da elevação do trabalho por conta própria e o crescimento do emprego em pequenos negócios precários, abertos como estratégias de sobrevivência, reforçam a crescente importância do segmento informal para a geração de trabalho e renda em todo o mundo e, em particular, no Brasil (SANTOS, 2006). Nesse sentido, Pochmann citado por Silva, Ferreira e Costa (2016) afirma que a Economia Solidária surge no Brasil entre 1980 e 1990, em consequência de um crescente índice de

desemprego, constituindo-se como uma alternativa para a geração de emprego e renda para as classes populares.

No entanto, os EES enfrentam restrições de recursos materiais, financeiros, informacionais e administrativos, colocando os mesmos em posição desfavorável se relacionados aos negócios geridos sobre a lógica capitalista (SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013). Contudo, pode-se dizer que a Economia Solidária no contexto brasileiro se apresenta como uma nova perspectiva de desenvolvimento das relações de trabalho, e suas perspectivas influenciaram o desenvolvimento de muitas pesquisas, cuja revisão é recente (LEITE; PINHEIRO apud GUERRA, 2014), que abordam temas que vão desde as potencialidades econômicas dos grupos até questões culturais relativas ao empoderamento de gênero (GUERRA, 2014).

Dessa forma, o apoio do Estado exerce papel primordial para o desenvolvimento e evolução das atividades da Economia Solidária no Brasil, o que será melhor discutido no próximo tópico ao abordar as políticas públicas inerentes à Economia Solidária no país.

2.2.2 Políticas públicas e movimentos da sociedade civil para a estruturação da Economia Solidária no Brasil

Entre 1980 e 1990 ocorreu a chamada reestruturação produtiva nacional, com intensa adoção de novas tecnologias, principalmente dos recursos oriundos da microeletrônica. Como resultado dessas transformações, o mercado de trabalho brasileiro foi marcado por um intenso processo de degradação do trabalho e elevação das taxas de desemprego (ANTUNES; POCHMANN, 2008).

Nagem e Silva (2013) apontam que o debate relacionado ao trabalho foi amplamente abordado nesse período, tendo como responsável o Estado no papel de articulador das políticas para minimizar o desemprego. Entretanto, as políticas estavam totalmente voltadas para a manutenção dos empregos formais. Em meio a esse cenário, emergia o trabalho associado como caminho para a promoção de trabalho e renda de parte da população, sobretudo os mais pobres. Nessa perspectiva, a Economia Solidária ganha visibilidade em espaços públicos e no final dos anos 1990, estados e municípios começaram a incluir na pauta de governo, ações de suporte aos grupos de Economia Solidária (NAGEM; SILVA, 2013; SILVA, 2016).

No Brasil, uma das ações primárias para a consolidação da Economia Solidária foi a criação dos fundos solidários, articulados em 1981 na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e administrados pela Cáritas (ALMEIDA, 2010; FORTE, 2017). Um dos primeiros programas estruturados e implantados por meio de política pública em Economia Solidária, em nível estadual, surgiu no Rio Grande do Sul durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1998 e 2002. O “Programa de Economia Popular Solidária” possuía cinco eixos de atuação: formação em autogestão, capacitação profissional, financiamento, comercialização e incubação de empreendimentos (NAGEM; SILVA, 2013).

Em 2001, foi realizado o I Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com o lema “Um outro mundo possível” (PROETTI; VANNUCHI, 2016). Nessa edição, o FSM trouxe a proposta de uma oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” que se constituiu como espaço de profundas reflexões sobre os rumos da Economia Solidária no Brasil, em termos de políticas públicas e geração de trabalho e renda. Ainda no mesmo ano, criou-se o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que articulou várias organizações brasileiras em torno da temática (ALMEIDA, 2010).

Após o I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, vê-se que a ação política do Movimento da Economia Solidária rumou para a criação de leis e decretos que

possibilitam a incorporação da Economia Solidária como política pública nacional, abrindo espaço para a criação, via regulação, do “direito ao trabalho associado e a uma Economia Solidária” (FORTE, 2017, p. 126).

Em 2003, o governo federal desenvolve uma política de trabalho na qual uma das diretrizes centrava-se na Economia Solidária (GOMES, 2017, p. 366). No dia 28 de maio do mesmo ano, a Economia Solidária ganha posição de destaque e por meio da Lei nº 10.683, instituída conforme o Decreto nº 4.764, surge a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pasta vinculada ao Ministério do Trabalho (GOMES, 2017; NAGEM; SILVA, 2013; REIS, 2016; SILVA; FERREIRA; COSTA, 2016). A SENAES é produto da articulação política realizada entre a Cáritas Brasileiras, PT e ONGs. Membros dessas instituições foram introduzidos para compor os cargos da secretaria, principalmente aqueles ligados a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas no país (FORTE, 2017).

Para Benini *et al.* (2011), a SENAES está vinculada ao MTE, pois a Economia Solidária possui fortes ligações ideológicas e políticas com o movimento operário. A criação da SENAES especificamente incluída na pasta do MTE é, sem dúvidas, um avanço institucional, entretanto, pode ter limitado a Economia Solidária ao considerar esse movimento como alternativa para geração de emprego e renda aos pobres, excluídos e desempregados, deixando como plano secundário o debate da temática como modelo baseado no desenvolvimento econômico sustentável e justo (MAZZEU, 2016).

Nos Planos Plurianuais do Governo Federal, de 2004/2007 e 2008/2011 foi incluso o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cujo objetivo central consistia em “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (BRASIL apud SILVA, 2016, p. 14). Todas as ações propostas estão voltadas a atender demandas dos EES facilitando o acesso a bens e serviços financeiros, infraestrutura, formação, melhoria dos processos produtivos e criação de espaços de comercialização (SILVA, 2016).

2.2.3 Sustentabilidade no contexto da Economia Solidária

O sistema no qual foram engendradas as relações humanas nas sociedades ocidentais pautou-se pela lógica capitalista, que “traz consigo a compulsividade de um consumo que explora consumidores, produtores e principalmente a natureza em busca de matérias-primas para a produção” (MENEGUZZO; CHAICOUSKI; MENEGUZZO apud MARTINS; TOLEDO, 2016, p. 5). A concordância com esse modelo fez com que os seres humanos abdicassem e/ou por vezes desconsiderassem princípios norteadores para o gozo de uma vida saudável (HEINECK, 2015).

Nesse sentido, não é possível a construção de uma economia estável que não envolva o processo de sustentabilidade, revendo e mudando radicalmente as formas de distribuição de riquezas para geração de mercados e também como os produtos são produzidos, uma vez que pretendem atender diferentes mercados com valores diversificados (MILANEZ, 2003). O termo sustentabilidade em si, designa o ato de sustentar, permanecer, manter. Comumente, é visto sobre a ótica de três dimensões: a ambiental, econômica e social. A sustentabilidade, nessas três dimensões mencionadas, corresponderia a:

- a) **Sustentabilidade ambiental:** supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural;
- b) **Sustentabilidade econômica:** supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais;
- c) **Sustentabilidade social:** A

terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros (NASCIMENTO, 2012, p. 55).

A definição que se popularizaria sobre a sustentabilidade ou por muitos adotado como desenvolvimento sustentável, veio por meio do relatório “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório de *Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987. Segundo definição deste relatório, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2017).

O desenvolvimento sustentável propõe uma reestruturação do *modus operandi*, ou seja, a mudança da visão capitalista que anseia pela exploração da mão de obra (limitando sua autonomia), dos recursos naturais (insumos/matéria-prima) de maneira inconsequente e desenfreada e da acumulação de lucro, que agrava a desigualdade social e a pobreza. Para que isso seja revertido, é fundamental que emergjam “novos modelos de produção, consumo e sociabilidade capazes de garantir o bem-viver humano e a preservação da vida na terra em toda a sua diversidade” (CATTANI apud SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013, p. 266).

A Economia Solidária contempla esse novo modo de agir na sociedade, adotando e fomentando a sustentabilidade em seus empreendimentos. Nesse sentido, “[...] a sustentabilidade é um dos princípios que norteiam a prática da Economia Solidária e, através de suas ações é que este novo modo de se fazer economia, encontra no desenvolvimento sustentável a busca de mudanças para se consumir e produzir, pensando no meio ambiente” (MARTINS; TOLEDO, 2016, p. 6).

A Economia Solidária traz consigo o desenvolvimento sustentável. Tanto no que se refere às questões ambientais, econômicas e sociais. Oliveira (2015) corrobora a perspectiva de que as dimensões da sustentabilidade e da Economia Solidária se entrelaçam, visando caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável. Por fim, para Gonçalves e Sobrinho (2011, p. 109), “os valores da Economia Solidária, segundo seus defensores, podem ser expressos pelo trinômio: socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa, descritiva e utiliza-se do método de estudo de casos múltiplos, compreendendo quatro EES localizados no município de Betim/MG e associados ao Fórum Municipal de Economia Solidária de Betim (FOMESB), buscando identificar e analisar quais os impactos da Economia Solidária na inclusão socioeconômica e ambiental de famílias da população de baixa renda.

A seleção das unidades de observação foi efetuada de maneira intencional e não probabilística. Os EES foram indicados pelo FOMESB, e os critérios de seleção foram: empreendedores residentes na cidade de Betim, cujos negócios estivessem vinculados ao FOMESB, facilidade de acesso e disponibilidade dos respondentes. As identidades dos empreendedores foram preservadas, visando manter sua privacidade.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, optou-se por efetuar entrevistas semiestruturadas, de caráter individual e em profundidade, aplicadas entre os meses de fevereiro a maio de 2018. Foram entrevistados representantes de cada EES.

Quanto a análise de dados, seguiu-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2006), compreendendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Na primeira etapa, foi realizada a transcrição das

entrevistas, leitura detalhada e seleção de palavras-chave. A segunda etapa compreendeu aglutinação das palavras-chave em categorias intermediárias e finais. E por fim, a terceira etapa consistiu na análise comparativa dos resultados coletados e a literatura pesquisada.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A observação dos resultados efetivou-se pela análise dos dados e dos conteúdos obtidos a partir das entrevistas norteadas pelo instrumento de coleta. Visando facilitar o exposto, o quadro 1 apresenta uma síntese das características das unidades produtivas pesquisadas.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes e dos empreendimentos

DADOS	ENTREVISTAS			
	CASO A	CASO B	CASO C ¹	CASO D
	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistadas 3 e 4	Entrevistada 5
Ano de criação	2011	2004	2000	2009
Gênero do empreendedor	Feminino	Feminino	3.Feminino/ 4. Feminino	Feminino
Escolaridade do empreendedor	Ensino Médio Completo	Curso técnico	3. Ensino Médio Completo/ 4. Ensino Fund. Incompleto	Pós-Graduação
Composição familiar	Divorciada, reside com a filha de 23 anos. Tem quatro filhos casados	Entrevistada e filho	3. Casada, reside com o marido e dois filhos/ 4. Casada, reside com o marido, um filho e um neto	Entrevistada e mãe
Ramo do negócio	Confecção	Artesanato	Artesanato	Artesanato
Auxiliar ou sócio no negócio	Sim	Não	3.Não / 4. Não	Não
Situação Fiscal	Formal	Informal	3. Formal / 4. Informal	Informal
Única fonte de Renda	Não	Não	3. Não / 4. Não	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

O quadro acima ilustra o perfil dos empreendimentos analisados. Percebe-se que os empreendimentos são, em sua totalidade, idealizados e coordenados por mulheres, de baixa renda, com poucos ou nenhum auxiliar, com escolaridade que varia desde o Ensino Fundamental até o Superior. Ressalta-se, também, que a opção pela formalidade não é uma premissa nos casos estudados e que tais empreendimentos não são a única fonte de renda das respondentes da pesquisa.

Por meio da análise dos dados coletados durante a entrevista no caso A, percebe-se que a mesma atua não somente no empreendimento, mas também como professora, indicando que as atividades desempenhadas na Economia Solidária não constituem fonte de renda única. Também identificou-se certa centralização das atividades exercidas pela entrevistada, que articula todas as ações administrativas, o que destoa de uma das características determinantes da Economia Solidária explicitada na literatura, o pilar autogestão, descrita por Cambiaghi (2002) como a partilha do poder entre os indivíduos, permitindo a materialização de uma gestão democrática. No quesito gênero, a entrevistada ratifica uma crescente participação da mulher nos movimentos de Economia Solidária, o que reforça as explicações de Guerra (2014), enfatizando a existência de pesquisas relativas ao empoderamento de gênero.

No que se refere às práticas desenvolvidas, esse empreendimento concentra-se na produção e comercialização de uniformes e artigos de cama, mesa e banho, com enfoque na produção artesanal, indo de encontro a um dos tipos de produtos prioritários na Economia Solidária. Quanto à formalização, o empreendimento não apresenta registro específico como organização, entretanto, cada integrante possui registro como Micro Empreendedor Individual (MEI). Isso se deu muito em função da pressão de clientes que exigiam notas fiscais. Esse aspecto vai de encontro ao que Santos, Vieira e Borinelli (2013) evidenciam, sobre a restrição de recursos administrativos por parte dos EES, colocando-os em posição desfavorável aos negócios geridos pela lógica capitalista. Outro aspecto que reforça a restrição de recursos se refere às formas de precificação realizada no empreendimento, ainda muito intuitivas e comparativas.

Dentre os benefícios identificados pela entrevistada resultantes da participação do empreendimento no contexto da ES destacam-se: troca de saberes e trabalho em grupo. Além disso, a participação em movimentos sociais como do FOMESB proporcionou o acesso a projetos de incentivo como fundo rotativo do Cáritas, palestras e capacitações. Esses benefícios identificados a partir da percepção da entrevistada ressaltam a proposta da Economia Solidária, conforme apresentado nos estudos de Laville citado por Silva, Ferreira e Costa (2016), em que essa nova economia estaria fundamentada em fatores humanos, como laços sociais e propriedade de base comunitária. Por outro lado, dentre os desafios identificados está a desmotivação das sócias, o acesso ao crédito, o *deficit* na formação das sócias e sobrecarga nas atividades de coordenação do grupo.

Ao ser questionada sobre a significação da Economia Solidária, a entrevistada 1 deixou explícito que trata-se de um sistema que proporciona formação, cooperação e empatia. Em termos de políticas públicas, disse haver feiras organizadas por prefeituras, além de projetos de compra dos insumos produzidos em EES. Uma das motivações para ingressar na Economia Solidária estava no fato de trabalhar em grupo e repassar os conhecimentos em corte e costura. Referente à comercialização dos produtos, a entrevistada informou que existe uma pessoa responsável por divulgar os produtos no bairro e proximidades, e que a mesma recebe por comissão. Também comercializam os produtos nas feiras de Economia Solidária.

No que refere ao descarte dos resíduos, observou-se iniciativas de reaproveitamento dos tecidos pela população local. Quando não há a possibilidade de reaproveitamento, o tecido é descartado em lixo seco. Além do aspecto dos resíduos, todas as questões relacionadas à complementação de renda e a criação de laços sociais e trabalho em grupo reforçam os estudos de Hickenbick e Felácio (2014), no qual enfatizam que a Economia Solidária baseia-se em princípios como a emancipação por meio do trabalho, a coletividade e a responsabilidade socioambiental.

Em relação ao caso B, a entrevistada ressaltou a importância que o artesanato tem na vida dos artesãos, ao tornar-se uma atividade laboral que exercita a mente das pessoas, ajudando-as em situações dolorosas ou difíceis. A presença do artesanato na Economia Solidária mostra-se indissociável e, como relatado pela entrevistada 2, a inserção nesse ambiente possibilita a convivência e o acolhimento, que, de certa forma, poderiam auxiliar na superação de momentos difíceis. Essa convivência desperta a solidariedade, que aqui pode ser entendida como a forma de relacionamento entre os indivíduos e, que nessa nova lógica, preza pelas conexões entre os pares, ou como referenciado pela entrevistada, as trocas provenientes. Na teoria utilizada, tal abordagem pode ser vista pelos autores Laville citado por Silva, Ferreira e Costa (2016).

Na questão ambiental, tem-se o recolhimento de parte da matéria-prima das ruas ou seu recebimento por meio de doações. Esses itens, que até então são descartados por não possuírem utilidade, são reaproveitados pela entrevistada, que os transformam em artigos de decoração. Esses itens adquirem novos significados, não só utilitários, mas nos debates sobre

reciclagem e consumo responsável, assim como explicitado em Martins e Toledo (2016).

O empreendimento não se caracteriza atualmente como única fonte de renda, visto que a entrevistada recebe aposentadoria. Pelo o que foi relatado, a entrevistada teve empregos ao longo de sua carreira, o que poderia demonstrar que o emprego ou o trabalho com artesanato forneciam e completavam a renda. Não se pode desconsiderar o fato que a decisão em trabalhar com artesanato viria por necessidade, chegando a vender seus produtos de porta em porta. Mas, devido trabalhar em empregos e dedicar-se ao artesanato, evidencia que as duas opções se apresentavam como alternativas de obtenção de renda. Depois de sua inserção na Economia Solidária, foi possibilitada maior participação em feiras, porém, a entrevistada já estava habituada a esse contexto. A informalidade do negócio é justificada pela assistência do governo dada aos artesãos, oferecendo uma carteira que identifica esse grupo. Mesmo apontado na teoria um possível *gap* quanto o acesso aos recursos (materiais, financeiros, etc.) dos EES em relação aos empreendimentos regidos pela lógica capitalista (SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013), tem-se o intuito de capacitar os empreendedores da ES, como é citado pela entrevistada, através do Centro Público de Economia Solidária (CPES). Uma capacitação sobre precificação foi promovida aos membros do grupo, entretanto, a entrevistada considera esta atividade como árdua para seus colegas. A dificuldade enfrentada pelo negócio, diz respeito à divulgação e efetividade de atuação nas mídias sociais.

A definição apresentada sobre Economia Solidária destoa da teoria, no que se refere a sua assimilação com objetivos lucrativos. A entrevistada mostra-se ciente da associação inadequada de lucratividade ao contexto da ES, que também é frisado pela bibliografia corrente (LAVILLE apud SILVA, FERREIRA; COSTA, 2016).

O empreendimento C apresenta características de integração social, um dos pilares da Economia Solidária. Ressalta-se que esse caso foi uma exceção em relação aos demais, visto que duas pessoas responderam à pesquisa (estavam no local no momento da entrevista, sendo pertencentes ao mesmo empreendimento e que simultaneamente, responderam as questões). As respondentes 3 e 4 encaram os benefícios da atividade muito além dos ganhos financeiros e ambientais, mas acima de tudo sociais. Tal afirmativa vai de encontro aos estudos de Hickenbick e Felácio (2014), que citam membros de algumas comunidades que trabalhariam em funções que gostavam de forma tal que a remuneração teria importância menor. No entanto, fica evidente a importância desse empreendimento para a complementação de renda para seus integrantes. Esse empreendimento também ratifica a tendência percebida no tocante ao gênero no contexto da Economia Solidária. Por se tratar de um dos mais antigos empreendimentos da Economia Solidária de Betim, senão o pioneiro, é significativo ressaltar a presença unânime de mulheres nesse empreendimento.

Quanto à formalização, tal empreendimento é composto por várias empreendedoras e apresenta uma diversidade de interesses e perspectivas. Nesse contexto, importa ressaltar que apesar do relato de todas culminar na afirmação de que a atividade na Economia Solidária não se trata da única renda da família, ficou evidente que essa função não é linear para todos os empreendimentos. Para aquelas cuja renda se faz necessária como principal complemento para o sustento da família, a formalização acabou sendo uma consequência da demanda, uma vez que a ausência de nota fiscal começou a impactar na fidelização ou captação de novos clientes. Por outro lado, a respondente 3 citou outras empreendedoras que não enxergaram na formalidade uma alternativa boa para aumentar as vendas, mas, ao contrário, entendiam ser a formalidade fonte de mais despesas e prejuízos para o empreendimento, além da alta burocracia advinda do processo de formalização. Para as outras, a formalização e o possível aumento da renda, mesmo com os custos dessa ação, não faria muita diferença para a renda familiar, o que nos permite inferir que esse grupo se encaixa naquele cujas atividades são buscadas apenas para o fortalecimento das relações sociais ou para o lazer. Tais questionamentos vem de encontro a diversos estudos sobre a informalidade, cujos possíveis

impasses são a burocracia, os altos custos e os impostos daí advindos (MELO, 2017).

Fazendo uma reflexão acerca do perfil das empreendedoras do empreendimento C, foi possível perceber que a composição familiar pode interferir na decisão pela formalização, o que pode impactar nos resultados do negócio. Para aquele empreendimento cuja formalização não é atrativa, a respondente 4 relata ter marido, filho e neto em idade produtiva que auxiliam nas despesas da casa. Já a respondente 3 viu na formalização a possibilidade de aumentar as vendas, pois conta apenas com a renda do marido para sobreviver.

Conforme discutido na literatura, é importante ressaltar que o termo sustentabilidade em si, designa o ato de sustentar, permanecer, manter, e é visto sobre a ótica de três dimensões: a ambiental, econômica e social. Segundo Nascimento (2012), ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Nesse sentido, os empreendimentos até aqui mencionados, apresentam características que corroboram a literatura do ponto de vista econômico e social, mas também ambiental. O empreendimento C se preocupa com essa questão e cita maneiras diversas para atender a esta premissa, como por exemplo, reaproveitamento de materiais usados, reciclagem de materiais, desperdício mínimo. Ao tratarmos das fragilidades desse empreendimento, foi destaque a deficiência de conhecimento técnico, principalmente do ponto de vista da gestão, que impacta diretamente os resultados desse empreendimento. Nesse sentido, podemos inferir que a variação da formação das empreendedoras pode justificar esse fato, uma vez que o ensino fundamental e o ensino médio não profissionalizante são predominantes. No entanto, fica evidente a vontade e a disposição para aprender percebidas durante a entrevista.

Por fim, o empreendimento D apresenta semelhanças e diferenças em relação aos que foram descritos anteriormente. Como pontos de convergência, situamos o artesanato como produto de oferta, a informalidade e, principalmente, o fato de se tratar de um empreendimento criado e gerenciado por uma mulher, característica esta que se destaca no estudo realizado. No que tange ao ponto de diferença, situamos o nível de escolaridade da entrevistada, bem como o conhecimento teórico e administrativo que ela apresenta sobre a Economia Solidária.

O artesanato como ramo do negócio aparece em todos os casos entrevistados, conservando a peculiaridade de cada tipo de produto. No caso D, percebemos uma ligação do artesanato com história de vida da entrevistada, envolvendo laços familiares e a vivência de trabalho de gestão administrativa em uma ONG, fato este que lhe permitiu contato direto com artesãs que eram empreendedoras ligadas a Economia Solidária em uma região do interior de Minas Gerais. Essas informações nos oferecem importantes dados sobre como a Economia Solidária traz consigo muitas influências familiares sob aquilo que é produzido.

A informalidade também foi encontrada no empreendimento D, reforçando o que foi dito anteriormente por Melo (2017) sobre as dificuldades da formalização, em decorrência de fatores burocráticos e dos altos custos envolvidos. Conforme mencionado pela entrevistada 5, a formalização levaria a uma diferença considerável na precificação dos produtos, tornando-os inviáveis para comercialização. Essa informação, vale destacar, se atrela ao dado apontado tanto no empreendimento D quanto nos outros entrevistados: a Economia Solidária não é, para essas pessoas, a única fonte renda. Trata-se de uma atividade que, seja pelo custo da matéria-prima, pelo tempo de dedicação das envolvidas, ou até mesmo pela pouca visibilidade e valorização do mercado, ainda demanda complementação econômica para as pessoas envolvidas.

A relação entre a Economia Solidária e o gênero feminino é algo que merece ser pontuado. Aliás, cabe ressaltar, as mulheres têm se destacado nas atividades empreendedoras, apresentando índices superiores aos dos homens e, em vários casos, demonstrando habilidades específicas e inerentes ao gênero feminino para abrir e gerenciar

empreendimentos de sucesso (RODRIGUES; MELO; LOPES, 2016). Pode-se apontar, por exemplo, na Economia Solidária e nos tipos de negócio que são desenvolvidos, algumas dessas habilidades típicas do gênero feminino, como o trabalho em equipe e a habilidade para construção de laços de proximidade. Em todas as entrevistas esses fatores foram apontados como características fundamentais quando se trata de EES.

Touraine (2007) afirma que a independência feminina tem trazido novas descobertas ao universo feminino, que se estendem para além do casamento e da maternidade, desconstruindo muitos papéis impostos às mulheres no século passado. Nesse sentido, o caso D coloca um interessante ponto de divergência em relação as outras entrevistas, fornecendo um ponto de reflexão tanto para a questão da mulher em geral quanto para as características das mulheres da Economia Solidária: o nível de escolaridade.

A entrevistada do empreendimento D, que não é casada e não tem filhos, apresenta nível de escolaridade destoante das outras entrevistadas, possuindo nível superior e pós-graduação. Em toda a sua entrevista ela deixa claro que o artesanato que ela produz, vinculado a Economia Solidária, não tem função de produzir renda em sua vida, e que ela o faz por gostar, como uma espécie de hobby. Ademais, diferentemente das outras, ela possui bastante conhecimento teórico acerca da Economia Solidária, chegando a citar autores e políticas públicas existentes na área.

Essa divergência específica do nível de escolaridade e situação familiar da entrevistada do empreendimento D, leva a refletir sobre as características predominantes nas mulheres atuantes na Economia Solidária, no que se refere ao universo deste estudo. Trata-se de mulheres que possuem algum tipo de vínculo conjugal, com filhos e com nível de escolaridade médio, que buscam alternar entre as atividades intra familiares, construídas historicamente como obrigações femininas, e um trabalho fora de casa, através da atuação na Economia Solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar as perspectivas e possibilidades da Economia Solidária enquanto alternativa de impacto socioeconômico e ambiental em famílias de baixa renda.

Conclui-se que a Economia Solidária se trata de uma forma alternativa de economia que permite à população de baixa renda, especialmente o público feminino, complemento à renda das famílias e proporciona uma consequente melhoria da qualidade de vida, reforçando ações de inclusão social.

Por meio de uma imersão das pesquisadoras, foi possível aliar a teoria à prática e elucidar os impactos da Economia Solidária na vida desses indivíduos. Além disso, foi possível perceber suas potencialidades, fragilidades e perspectivas de um futuro melhor.

Com o mapeamento do perfil das respondentes, foi possível avaliar se a rotina dos empreendimentos pertencentes ao Fórum de Betim ia de encontro ao explicitado pela literatura e quais seriam os impactos da Economia Solidária em suas vidas, principal objetivo desse estudo. Foi possível avaliar, com profundidade as divergências e convergências intra e intercasos.

Foi possível distinguir de forma bem clara aqueles casos em que o empreendedorismo se apresenta como necessidade ou como uma oportunidade. Nesse sentido, foi constatado que em alguns casos a necessidade financeira se destaca em relação a outros, mas isso não diminui a dependência financeira do empreendimento. No entanto, para alguns casos os benefícios sociais de convivência, integração e lazer estão acima dos benefícios financeiros. Ademais, a sustentabilidade ambiental se destaca como ponto de ação comum entre todos os empreendimentos.

Ao analisar todos os casos, percebeu-se que os desafios enfrentados diferem em cada empreendimento, perpassando desde questões individuais, como desmotivação e falta de conhecimento técnico, questões referentes ao negócio, como divulgação e atuação nas mídias sociais e questões externas, como acesso ao crédito. Mesmo assim, identificou-se o esforço do CPES em promover capacitações para seus membros.

Diante do exposto, verifica-se que a Economia Solidária se apresenta na prática dos empreendedores pertencente ao FOMESB, como uma alternativa para a subsistência das famílias ali inseridas, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e ambiental. Além disso, pôde-se perceber que as perspectivas apresentadas pelas respondentes são as melhores possíveis, indo desde o aumento de vendas por meio de capacitações, o aumento de parcerias e maior integração do grupo por meio das reuniões do Fórum, até produção em escala a partir de novos hospitais instalados na região de Betim/MG e aprovação de novas leis e políticas públicas em prol do movimento da Economia Solidária.

Como limitações da presente pesquisa, cita-se a dificuldade de adesão dos respondentes, uma vez que a maioria dos envolvidos precisaram atender as pesquisadoras ao mesmo tempo em que atendiam os clientes em seus locais de trabalho. Isso pode ter prejudicado um pouco a concentração ou até o conteúdo da entrevista.

Considerando o crescimento da população, principalmente nos países subdesenvolvidos, atrelada à crescente desigualdade social presenciada no dia a dia, são inúmeros os desafios para os estudiosos das Ciências Sociais. Nesse contexto, a Economia Solidária se apresenta como alternativa não para a solução definitiva desse problema, que por natureza é de difícil controle, mas como ferramenta coadjuvante no processo de inclusão social, com amparo econômico e ambiental, cujas particularidades afetam profundamente a qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, o presente estudo buscou contribuir para o avanço de pesquisas de forma a incentivar o aperfeiçoamento e a busca do conhecimento da Economia Solidária como uma nova economia. No entanto, lacunas estão presentes e poderiam ser preenchidas com novos estudos na área.

Como sugestão para pesquisas futuras, as autoras indicam um aprofundamento sobre o empoderamento feminino advindo da participação das mesmas na Economia Solidária, tema emergente e que não foi possível abordar, de forma profunda, na presente pesquisa. Outro ponto relevante e que merece uma reflexão mais acurada, são as ações da Economia Solidária avaliadas do ponto de vista ambiental. Nesse cenário, caberia uma análise crítica sobre os produtos oferecidos pelos empreendedores que não vão de encontro aos princípios da Economia Solidária, mas também evidenciando aquelas ações que não abrem mão de tais princípios. Por fim, sugere-se uma maior parceria do poder público na condução de pesquisas e ações mais concretas de políticas públicas, cujos ganhos para a Economia Solidária seriam incalculáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Norma Valentina de. (2010) Economia solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-97_pt.html Acesso em: 28 mar. 2017.
- AMARAL, Inacia Girlene; NEPOMUCENO, Luciana Holanda; MEDEIROS, Alexandre Dantas de. (2009) Narrativas sobre trabalho e relações de trabalho em um empreendimento organizado sob a lógica da economia solidária. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM*

- ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPAD, p. 1- 13. Disponível em: http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=506&cod_evento_edicao=45&cod_edicao_trabalho=11007. Acesso em: 20 nov. 2017.
- ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. (2008) Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - INTERFACEHS, v. 3, n. 2, p. 1-10, abr./ago. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2008-2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- BARDIN, Laurence. (2006) Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Rego e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- BENINI, Édi A. *et al.* (org.). (2011) Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões. *E-book*.
- CAMBIAGHI, Bianca Polotto. (2012) Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos - SP. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-09112012-171945/pt-br.php>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- COSTA, Pedro Henrique Ferreira. (2007) As novas configurações do capitalismo contemporâneo: caso da rede varejista norte-americana Wal-Mart. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de Paulista, Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/95691>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- FIGUEIREDO, Joseane Gomes. (2013) Desigualdade social e capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. Anais [...]. São Luís: JIPP UFMA, p. 1-9. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadessociaisepoliticaspUBLICAS/desigualdadessocialecapitalismo-oslimitesdaigualdadesobaordemburguesa.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.
- FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (orgs.). (2013). Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. *E-book*.
- FORTE, Joannes Paulus Silva. (2017) Da rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, Brasília, v. 2, n. 1, p. 112-142, jan./jun. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/27572/19390>. Acesso em: 15 out. 2017.
- FURTADO, Celso. (2009) Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- GAIGER, Luiz Inácio. (2013) A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 set. 2017.
- GAIGER, Luiz Inácio. (2009) Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 84, p. 81-99. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/401>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- GOMES, José Ribeiro. (2017) As políticas públicas e a economia solidária: a gestão social como ferramenta para a economia solidária. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, Brasília, v. 2, n. 2, p. 359-373, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/27668>. Acesso em: 20 ago. 2017.

- GONÇALVES, Thais Joana Tito; SOBRINHO, Aparecida Pires de Moraes. (2011). Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/18502>. Acesso em: 28 out. 2017.
- GUERRA, Ana Carolina.(2014) Os valores da Economia Solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9VEHY5>. Acesso em: 05 out. 2017.
- HEINECK, Willian Matheus. (2015) Sustentabilidade e capitalismo: contradições do modelo de desenvolvimento. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Programa de Graduação em Direito, Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Regional Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Três Passos, Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3444>. Acesso em: 28 out. 2017.
- HICKENBICK, Cláudia; FELÁCIO, Rafael Matos. (2014) Economia solidária e arranjos produtivos locais. Florianópolis: IFSC. *E-book*.
- LEONE, Eugenia Troncoso. (2010) O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal no Brasil. Brasília: OIT. *E-book*.
- MARTINS, Mariana; TOLEDO, Dimitri. (2016) O discurso da sustentabilidade na economia solidária: o caso do sítio Rosa dos Ventos-Pocinhos do Rio Verde, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: CBE0, p. 1-21. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/228>. Acesso em 28 out. 2017.
- MAZZEU, Francisco José Carvalho. Políticas Públicas de apoio à economia solidária no Brasil. (2016) Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, Brasília, v. 1, n. 1, p. 61-80, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/25679/18278>. Acesso em: 25 out. 2017.
- MELO, Jaqueline Silva. Sobrevivência e mortalidade das atividades produtivas informais na população de baixa renda: o caso de indivíduos apoiados pela rede cidadã. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MILANEZ, Francisco. (2003) Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, cap. 3, p. 76-84. *E-book*.
- NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. (2013) Institucionalização e execução de políticas públicas de economia solidária no Brasil. Revista Sociologia e Política, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2017.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (2012) Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 51-64, jan. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/rt/captureCite/10624/0>. Acesso em: 28 out. 2017.
- OLIVEIRA, Evandro de. (2015) Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária: uma conexão necessária. Revista VITAS, v. 5, n. 11, p. 1-12. Disponível em: http://www.uff.br/revistavitas/images/_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_E_EC_O_NOMIA_SOLIDARIA_03.pdf. Acesso em 28 out. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. (2017) A ONU e o meio ambiente. [S. l.]: Meio Ambiente. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 28 out. 2017.

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2012) O que você precisa saber sobre a fome em 2012. [S. l.]: Ação Humanitária, 04 jan. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fome-em-2012/>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- PROETTI, Amanda; VANNUCHI, Máira. (2016). 15 anos de Fórum Social Mundial: balanços, desafios e perspectivas da luta por outro mundo possível. São Paulo: Max Editora. *E-book*.
- REIS, Tatiana Araújo. (2016) Política Pública para e pela Economia Solidária - reflexões a partir do ciclo da Política Economia Solidária desenvolvida na Bahia. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 40. Costa do Sauípe. Anais [...]. Costa do Sauípe: ANPAD, 2016, p. 1-16. Disponível em: http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=1302&cod_evento_edicao=83&cod_edicao_trabalho=20924. Acesso em: 20 nov. 2017.
- RODRIGUES, Rosiane Belo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; LOPES, Ana Lúcia Magri. (2016) Gênero Feminino no Empreendedorismo de Sucesso em Minas Gerais: Estudo de Casos. *Revista Organizações em Contexto*, v. 12, n. 23, p. 143-172, Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/6152/pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.
- SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BORINELLI, Benilson. (2013) Economia Solidária e Estratégia: entre princípios e pragmatismos. *Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)*, v. 12, n. 4, p. 231-278, out./dez. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18408/economia-solidaria-e-estrategia--entre-principios-e-pragmatismo>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- SILVA, D. L.; FERREIRA, V. R. S. F; COSTA, S. H. B. (2016) Economia Solidária: Análise da Institucionalização do Campo. *In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG)*, 7., São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPAD, 2016. p. 1-8. Disponível em: http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=6&cod_edicao_subsecao=1318&cod_evento_edicao=84&cod_edicao_trabalho=22161. Acesso em: 05 nov. 2017.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. (2016) Políticas Públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-34, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/25676/18275>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- SINGER, Paul. (2002) Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul; SOUZA; Ricardo de (org.). (2003) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- TEIXEIRA, Luiza Reis. (2006) A ideologia política na Economia Solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/8877>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- TOURAINÉ, Alain. (2007) O mundo das mulheres. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes.